A grande renegociação

Dívida Externa

A reativação da economia mundial já é uma realidade facilmente constatável por todos os que circulam atualmente pelos grandes centros financeiros internacionais, tanto dos Estados Unidos quanto da Europa e do Japão. A economia norte-americana retomou, ainda que parcialmente, o seu ritmo de crescimento, o suficiente para determinar conseqüências positivas sobre o conjunto da economia internacional. E quantos viajam pelas capitais européias e grandes cidades norte-americanas podem verificar, também, no próprio movimento do comércio, dos transportes, da hotelaria e do turismo que o mecanismo do desenvolvimento se pôs novamente em marcha depois dos troncos sofridos com as duas grandes crises do petróleo nos últimos dez anos.

Essa reativação econômica em nível mundial, embora não tão abrangente e veloz como se desejaria, enseja, porém, a oportunidade necessária para que nações em desenvolvimento, como o Brasil — e principalmente no caso brasileiro — possam advogar, com mais segurança e tranqüilidade, uma forma de renegociação de sua dívida externa que inclua o pagamento em mercadorias de grande parte desse débito.

Pagar em mercadorias de nossa produção, sejam matérias-primas ou produtos industrializados, é proposta economicamente aceitável por qualquer credor internacional, na medida que o mercado carece, realmente, de soja, minério de ferro, café, açúcar e manufaturados brasileiros em geral. Além do mais, é uma forma de pagamento como outra qualquer, com a vantagem de aliviar o bolso do contribuinte brasileiro e os cofres do Tesouro Nacional do ônus representado por pagamentos em

E até desnecessário frisar o que representa para o Brasil o pagamento da dívida externa em mercadorias. Isto significaria uma força produtiva nacional trabalhando a plena carga, aumentando a absorção de mão-de-obra, o valor dos salários pagos, dos impostos recolhidos, das encomendas de insumos variados. É menos desemprego, podendo ser até o seu completo esgotamento.

O manejo da crise econômica por outras nações mostrou claramente que só se supera essa situação através de muita competência e de muito trabalho. Inexiste qualquer outra forma salvadora. E mesmo a competência gerencial, tanto a nível de empresa privada quanto de administração pública, tem de ser a mais atualizada possível. Competências de ontem nem sempre se recomendam e se aplicam aos problemas de hoje. É necessária a reciclagem permanente.

Ora, pagar a dívida externa — total ou parcialmente — em forma de mercadorias produzidas e exportadas pelo Brasil é uma forma competente de resolver o nosso mais agudo problema econômico, ao mesmo tempo em que, na sua esteira, vamos resolvendo os problemas adjacentes, principalmente de ordem social.

É difícil imaginar que os credores do Brasil pudessem recusar uma proposta como essa. Ao contrário do que pensam alguns equivocados, a comunidade internacional não está interessada nem empenhada na falência brasileira. Mas é de nós mesmos que deve partir a proposta de soluções verdadeiramente ajustadas à nossa realidade e efetivamente capazes de repor o país na trilha do desenvolvimento — com trabalho e competência, até para não interromper o fluxo de recursos externos indispensáveis ao Brasil.